



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO - 2018

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: **01**
Revisão: **00**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 2 de 18

| Ed. | Rev. | Data | Descrição / Motivo de Revisão | Autor | Aprovação |
|-----|------|--------------|--|---|---|
| 01 | 00 | maio de 2019 | → Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2018 – ACES da ARSN, I.P.. | Unidade de Auditoria e Controlo Interno | Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. |

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 3 de 18

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2. ENQUADRAMENTO | 5 |
| 3. MATRIZ DE RISCOS / PROBABILIDADE / IMPACTO / GRAU DE RISCO..... | 8 |
| 4. METODOLOGIA..... | 10 |
| 5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS / TAXA DE EXECUÇÃO | 11 |
| 6. AÇÕES DE FORMAÇÃO SOBRE PGRIC | 15 |
| 7. CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES..... | 17 |

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN,I.P.

**Edição: 01
Revisão: 00
Página 4 de 18**

1. INTRODUÇÃO

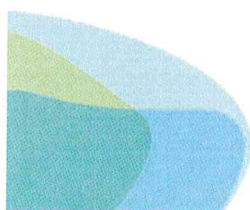
De acordo com o Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC), os *Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas* são instrumentos de gestão dinâmicos, pelo que devem ser acompanhados na sua execução, elaborando-se, pelo menos anualmente, um relatório de execução e refletindo-se sobre a necessidade da sua atualização.

Neste contexto, procedeu-se à elaboração do Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos (incluindo de Corrupção e Infrações Conexas) da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARSN,I.P.), reportada a 31 de dezembro de 2017, dando assim, também, cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, do CPC, de 1 de julho de 2009.

Assim, o presente Relatório, para além de expor o enquadramento e a metodologia adotada, exhibe a análise aos relatórios da execução apresentados pelos Diretores Executivos da ARSN,I.P., tendo em consideração a avaliação das medidas de prevenção apresentadas no PGRCIC, incluindo a fase em que se encontra a implementação das medidas preventivas definidas, caso não estejam implementadas e, a necessidade da sua atualização.

Este Relatório, elaborado pela Unidade de Auditoria e Controlo Interno (UACI) da ARSN,I.P., requer a aprovação do Conselho Diretivo (CD) e, em cumprimento do ponto 1.2. da *Recomendação de 01 de Julho de 2009 do CPC*, deve ser dado conhecimento ao CPC, ao Gabinete do Senhor Ministro da Saúde e à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (“os planos e os relatórios de execução ... devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo”).

Ainda, em cumprimento da *Recomendação n.º 1/2010, de 07 de abril do CPC*, deverá também ser publicitado no Portal da ARSN,I.P..



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN,I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 5 de 18

2. ENQUADRAMENTO

O CPC, constituído pela Lei n.º 54/2008, de 04 de setembro, no âmbito das suas atribuições e competências, determinou a emissão de um questionário a todas as entidades da Administração Pública, destinado a servir de orientador na avaliação dos riscos de corrupção nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos.

Com base nas respostas obtidas, o CPC aprovou a *Recomendação de 01 de Julho de 2009*, na qual determinou requerer a todas as entidades públicas a elaboração dos respetivos PGRIC, utilizando como guia o referido questionário.

A mesma Recomendação, publicada no Diário da República, II Série, n.º 140, de 22 de julho, determina que os órgãos máximos das entidades gestoras de valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, elaborem os respetivos PGRIC, bem como procedam à avaliação da execução desses planos.

Em setembro de 2009, para servir de apoio à elaboração dos PGRIC, o CPC difundiu um *Guião* com as orientações necessárias. Foi, com base nesse *Guião* e, em cumprimento da Recomendação supracitada, que a ARSN,I.P. elaborou o seu PGRIC em dezembro de 2009, o qual foi aprovado pelo CD em 30 de dezembro de 2009 (Deliberação Concordante registada na ata nº 01 de 30/12/2009).

Por ser um instrumento de gestão dinâmico, o PGRIC então elaborado, estabeleceu o objetivo de imprimir na cultura organizacional e nos processos de gestão da ARSN,I.P., uma atitude assertiva e transparente quanto à prevenção da ocorrência de corrupção e de infrações conexas, tendo realizados os respetivos *Relatórios de Execução* anuais.

O PGRIC visa proceder ao levantamento dos riscos de corrupção e infrações conexas associados a cada área ou função da entidade, nomeadamente, as da contratação pública e da concessão de benefícios públicos. A implementação deste instrumento permite salvaguardar aspetos indispensáveis na tomada de decisões, e que estas se revelem conformes com a legislação vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas e a defesa e proteção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se assim, o interesse coletivo.

Seguindo o mesmo *Guião* apresentado pelo CPC em setembro de 2009 como modelo, em concordância com a *Recomendação de 01 de Julho de 2009*, o PGRIC da ARSN,I.P. foi elaborado de acordo com a estrutura



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 6 de 18

sugerida - dividido em quatro partes como se evidencia a seguir -, decorrente de propostas apresentadas pelos Responsáveis das respetivas Unidades Orgânicas, *incluindo gabinetes, as funções e os cargos de topo*, nos termos recomendados pelo CPC (Recomendação de 01 de junho de 2015), tais como: Departamento, Unidades Funcionais, Áreas Funcionais, Serviços de Assessoria, Comissões, Secretariados, CD, Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

Assim, a estrutura do PGRCIC da ARSN, I.P. (Serviços Centrais e ACES), em vigor em 2018, têm em comum as Partes I. e IV.:

☒ **Parte I - Atribuições da ARSN, I.P., Organograma e Identificação dos Responsáveis:**

- *Atribuições da entidade, organograma e identificação dos responsáveis.*
- *Caracterização genérica das atribuições da entidade (a razão da sua existência) e da estrutura orgânica que apresenta, com identificação dos responsáveis.*

☒ **Parte II – Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de acordo com os critérios expostos no quadro em baixo:**

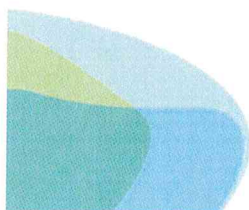
- *Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas tendo em conta as funções da entidade. Devem ser identificados e caracterizados por unidade orgânica os respetivos potenciais riscos de corrupção e infrações conexas. Estes riscos devem ser classificados segundo uma escala de risco elevado, risco moderado e risco fraco, em função do grau de probabilidade de ocorrência (elevado, moderado ou fraco). Por sua vez, este grau de probabilidade deverá ser aferido a partir da própria caracterização de cada uma das funções.*

☒ **Parte III – Medidas Preventivas dos Riscos:**

- *Medidas preventivas dos riscos identificados. Devem ser indicadas as medidas que previnam a sua ocorrência, tais como mecanismos de controlo interno, segregação de funções, declarações de interesses, definição prévia de critérios gerais e abstratos de concessão de benefícios públicos, criação de gabinetes de auditoria interna em especial nas entidades de maior dimensão, controlo efetivo das situações de acumulações de funções públicas com atividades privadas e respetivos conflitos de interesses. Esta é uma enumeração meramente exemplificativa.*

☒ **Parte IV - Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e eventual Correção das Medidas Propostas:**

- *Estratégias de aferição da efetividade, utilidade, eficácia e eventual correção das medidas propostas. Os Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas são instrumentos de gestão dinâmicos, pelo que devem ser acompanhados na sua execução, elaborando-se, pelo menos anualmente, um relatório de execução e refletindo-se sobre a necessidade da sua atualização.*



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

**Edição: 01
Revisão: 00
Página 7 de 18**

Importa, ainda referir e, dar ênfase ao exposto pelo CPC no mesmo *Guião*:

1ª Os Planos de Prevenção de Riscos são, em primeira linha, da responsabilidade dos órgãos máximos das entidades. No entanto, os dirigentes de cada unidade orgânica devem ser responsabilizados pelas propostas de planos dos seus departamentos e pela sua execução efetiva.

2ª O Conselho de Prevenção da Corrupção considera, em complemento, que a elaboração destes Planos é uma tarefa que deve ser levada a cabo pelas próprias entidades e organismos do sector público, uma vez que só eles são conhecedores da situação concreta do dia-a-dia da atividade que desenvolvem.

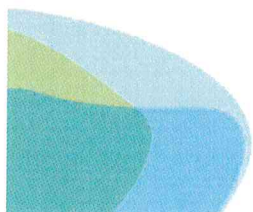
Por outro lado, o Conselho de Prevenção da Corrupção considera que os Planos de Prevenção de Risco são, além de um fator de gestão fundamental, um instrumento que permitirá aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos.

Finalmente, importa salientar ainda que a concretização dos Planos de Prevenção de Risco de Corrupção permitirá o respeito das recomendações das Organizações Internacionais nesta matéria, colocando Portugal na primeira linha deste combate.

Assim, o presente Relatório de Execução do PGRCIC, para além de expor o enquadramento e a metodologia adotada, apresenta a análise efetuada aos relatórios da execução apresentados pelos Diretores Executivos da ARSN, I.P., tendo em consideração a avaliação das medidas de prevenção apresentadas no PGRCIC, incluindo a fase em que se encontra a implementação das medidas preventivas definidas, caso não estejam implementadas e, a necessidade da sua atualização.

Este Relatório, elaborado pela UACI da ARSN, I.P., requer a aprovação do Conselho Diretivo (CD) e, em cumprimento do ponto 1.2. da *Recomendação de 01 de Julho de 2009 do CPC*, deve ser dado conhecimento ao CPC, ao Gabinete do Senhor Ministro da Saúde e à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (“os planos e os relatórios de execução ... devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo”).

Ainda, em cumprimento da *Recomendação nº 1/2010, de 07 de abril do CPC*, deverá também ser publicitado no Portal da ARSN, I.P..



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 8 de 18

3. MATRIZ DE RISCOS / PROBABILIDADE / IMPACTO / GRAU DE RISCO

O Risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências¹.

O simples facto de existir atividade, abre a possibilidade de ocorrência de eventos ou situações cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens (lado positivo) ou então ameaças ao sucesso (lado negativo).

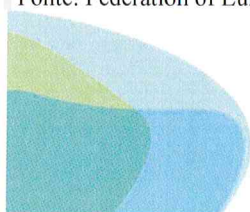
☒ Matriz de Riscos (COSO)

| Matriz de Riscos | | Probabilidade | | |
|------------------|----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | | Pouco frequente | Frequente | Muito frequente |
| Impacto | Reduzido | Muito Reduzido | Reduzido | Médio |
| | Médio | Reduzido | Médio | Alto |
| | Alto | Médio | Alto | Muito Alto |

☒ Matriz de Grau (nível) de Risco

| | | Probabilidade | | |
|---------|-------|---------------|------------|-----------|
| | | Alta | Média | Baixa |
| Impacto | Alto | A/A | A/M | A/B |
| | | Nível I | Nível II | Nível III |
| | Médio | M/A | M/M | M/B |
| | | Nível IV | Nível V | Nível VI |
| | Baixo | B/A | B/M | B/B |
| | | Nível VII | Nível VIII | Nível IX |

¹ Fonte: Federation of European Risk Management Associations (FERMA)



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 9 de 18

☒ Tabela da Probabilidade de Ocorrência

| | |
|-----------------------------|---|
| Alta (provável) | <ul style="list-style-type: none">→ Margem de Erro > 5%→ Inconformidades ≥ 10→ Com possibilidade de ocorrência todos os anos ou hipótese de ocorrência superior a 25% |
| Média (possível) | <ul style="list-style-type: none">→ $2\% \leq$ Margem de Erro < 5%→ $5 \leq$ Inconformidades < 10→ Com possibilidade de ocorrência em cada 10 anos ou hipótese de ocorrência inferior a 25% |
| Baixa (remota) | <ul style="list-style-type: none">→ Margem de Erro < 2%→ Inconformidades < 5→ Sem possibilidade de ocorrência em cada 10 anos ou hipótese de ocorrência inferior a 2% |

☒ Tabela da Magnitude do Impacto / Consequências Impacto

| | |
|--------------------------------------|---|
| Alto (significativo) | <ul style="list-style-type: none">→ Impacto significativo sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização→ Grande preocupação dos intervenientes→ Risco Residual $\geq 0,05\%$ |
| Médio (moderado) | <ul style="list-style-type: none">→ Impacto moderado sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização→ Preocupação moderada dos intervenientes→ Risco Residual < 0,05% |
| Baixo (não significativo) | <ul style="list-style-type: none">→ Impacto baixo sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização→ Pouca preocupação dos intervenientes→ Risco Residual < 0,01% |



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 10 de 18

4. METODOLOGIA

Em consonância com o exposto, o qual se encontra publicitado no Portal da ARSN, I.P., no presente Relatório de Execução do PGRIC, para além de expor o enquadramento, é delineada a metodologia adotada para a sua elaboração, a qual teve em consideração a avaliação efetuada pelos Diretores Executivos do ARSN, I.P. das medidas de prevenção apresentadas no PGRIC, incluindo a fase em que se encontra a implementação das medidas preventivas definidas, caso não estejam implementadas e, a necessidade da sua atualização.

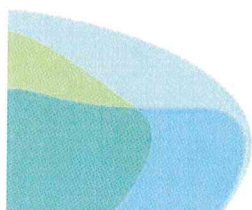
O presente Relatório, cuja elaboração foi da responsabilidade da UACI da ARSN, I.P., tendo em conta a avaliação referida, em forma de contributos, através do preenchimento de uma matriz, onde constam as medidas, os riscos associados e o grau de implementação, de acordo com o modelo a seguir apresentado.

De forma a ser possível a realização da monitorização do PGRIC o mais completa possível, solicitou-se também que, fosse apresentada uma breve descrição sobre a implementação propriamente dita das respetivas medidas e, nos casos da sua não implementação, ou impossibilidade da sua aferição, a apresentação de argumentação sobre os inerentes motivos.

| IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS | | | | | | MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS | GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO | | | | |
|---|---------------------|------------------|-------|---|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|---|
| Órgão/ Departamento | Unidade Orgânica | Área/ Serviço | Risco | Grau de Probabilidade de Ocorrência | Escala de Risco | Medidas Preventivas | Implementada (1) | Em fase de Implementação (1) | Parcialmente Implementada (1) | Não Implementada (2) | Impossível aferir grau de Implementação |
| | | | | | | | | | | | |

(1) Requer a apresentação de breve descrição sobre a implementação propriamente dita das respetivas medidas

(2) Requer a apresentação de argumentação sobre os motivos da não implementação, ou da impossibilidade da sua aferição.



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 11 de 18

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS / TAXA DE EXECUÇÃO

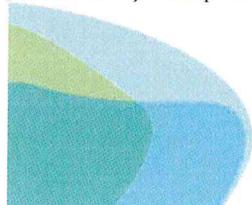
O presente Relatório tem como objetivo avaliar os resultados apresentados pelos Diretores Executivos dos ACES desta ARSN, I.P., relativo ao ano de 2018, no sentido de ser possível aferir sobre a eficácia e adequação das medidas implementadas, bem como a Taxa de Execução, ou Grau de Implementação, das mesmas, de forma a coadjuvar o CD na boa gestão do risco.

Assim, após a devida análise, conforme exposto a seguir no quadro resumo e respetivo gráfico de execução, a **Taxa de Execução Total² do PGRIC dos ACES da ARSN, I.P. durante o ano de 2018, em geral, situa-se em 84%** (1713 Medidas Preventivas propostas e 1432 Medidas Preventivas implementadas, em fase de implementação e parcialmente implementadas).

Se for tida apenas em conta as ações que efetivamente foram implementadas (1154), a Taxa de Execução do PGRIC dos ACES da ARSN, I.P., durante o ano de 2018, situa-se em **67%**.

| ACES | Medidas Preventivas Propostas | Medidas Preventivas Implementadas | Grau de Implementação | Medidas Preventivas em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | % em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | Implementação Total (implementadas + em fase de implementação + parcialmente implementadas) |
|---|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--|--|---|
| Agrupamento de Centros de Saúde Ave (ACES A) – Famalicão | 20 | 20 | 100% | 0 | 0% | 100% |
| Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I (ACES EDVI) – Feira/Arouca | 25 | 25 | 100% | 0 | 0% | 100% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI (ACES GPVI) – Porto Oriental | 63 | 61 | 97% | 2 | 3% | 100% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto II (ACES GPII) – Gondomar | 43 | 39 | 91% | 4 | 9% | 100% |

² Inclui as “ações implementadas” acrescidas das “ações em fase de implementação” e “parcialmente implementadas”.



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 12 de 18

| ACES | Medidas Preventivas Propostas | Medidas Preventivas Implementadas | Grau de Implementação | Medidas Preventivas em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | % em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | Implementação Total (implementadas + em fase de implementação + parcialmente implementadas) |
|---|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--|--|---|
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VIII (ACES GPVIII) – Espinho/Gaia | 44 | 37 | 84% | 7 | 16% | 100% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado I (ACES CI) – Braga | 23 | 19 | 83% | 4 | 17% | 100% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III (ACES GPIII) – Maia/Valongo | 123 | 81 | 66% | 40 | 33% | 98% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto IV (ACES GPIV) – Póvoa Varzim/Vila do Conde | 21 | 13 | 62% | 7 | 33% | 95% |
| Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes (ACES TM) – Alto Tâmega e Barroso | 34 | 28 | 82% | 4 | 12% | 94% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado II (ACES CII) – Gerês/Cabreira | 99 | 82 | 83% | 9 | 9% | 92% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega II (ACES THII) – Vale do Sousa Sul | 124 | 111 | 90% | 0 | 0% | 90% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VII (ACES GPVII) – Gaia | 101 | 77 | 76% | 10 | 10% | 86% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Douro I (ACES DI) – Marão e Douro Norte | 7 | 3 | 43% | 3 | 43% | 86% |



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN,I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 13 de 18

| ACES | Medidas Preventivas Propostas | Medidas Preventivas Implementadas | Grau de Implementação | Medidas Preventivas em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | % em Fase de Implementação/ Parcialmente Implementadas | <u>Implementação Total</u> (implementadas + em fase de implementação + parcialmente implementadas) |
|---|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|--|--|---|
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto I (ACES GPI) – Stº Tirso/Trofa | 37 | 14 | 38% | 17 | 46% | 84% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega I (ACES TI) – Baixo Tâmega | 55 | 30 | 55% | 16 | 29% | 84% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega III (ACES TIII) – Vale do Sousa Norte | 430 | 263 | 61% | 82 | 19% | 80% |
| Agrupamento de Centros de Saúde Alto Ave (ACES AA) – Guimarães/Vizela/Terras de Basto | 25 | 14 | 56% | 5 | 20% | 76% |
| Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga II (ACES EDVII) – Aveiro Norte | 32 | 15 | 47% | 9 | 28% | 75% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto V (ACES GPV) – Porto Ocidental | 109 | 71 | 65% | 10 | 9% | 74% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado III (ACES CIII) – Barcelos/Esposende | 256 | 150 | 59% | 27 | 11% | 69% |
| Agrupamento de Centros de Saúde do Douro II (ACES DII) – Douro Sul | 42 | 1 | 2% | 22 | 52% | 55% |
| TOTAL | 1713 | 1154 | 67% | 278 | 16% | 84% |

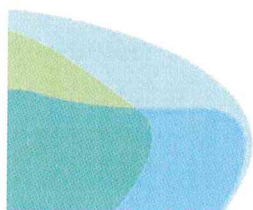
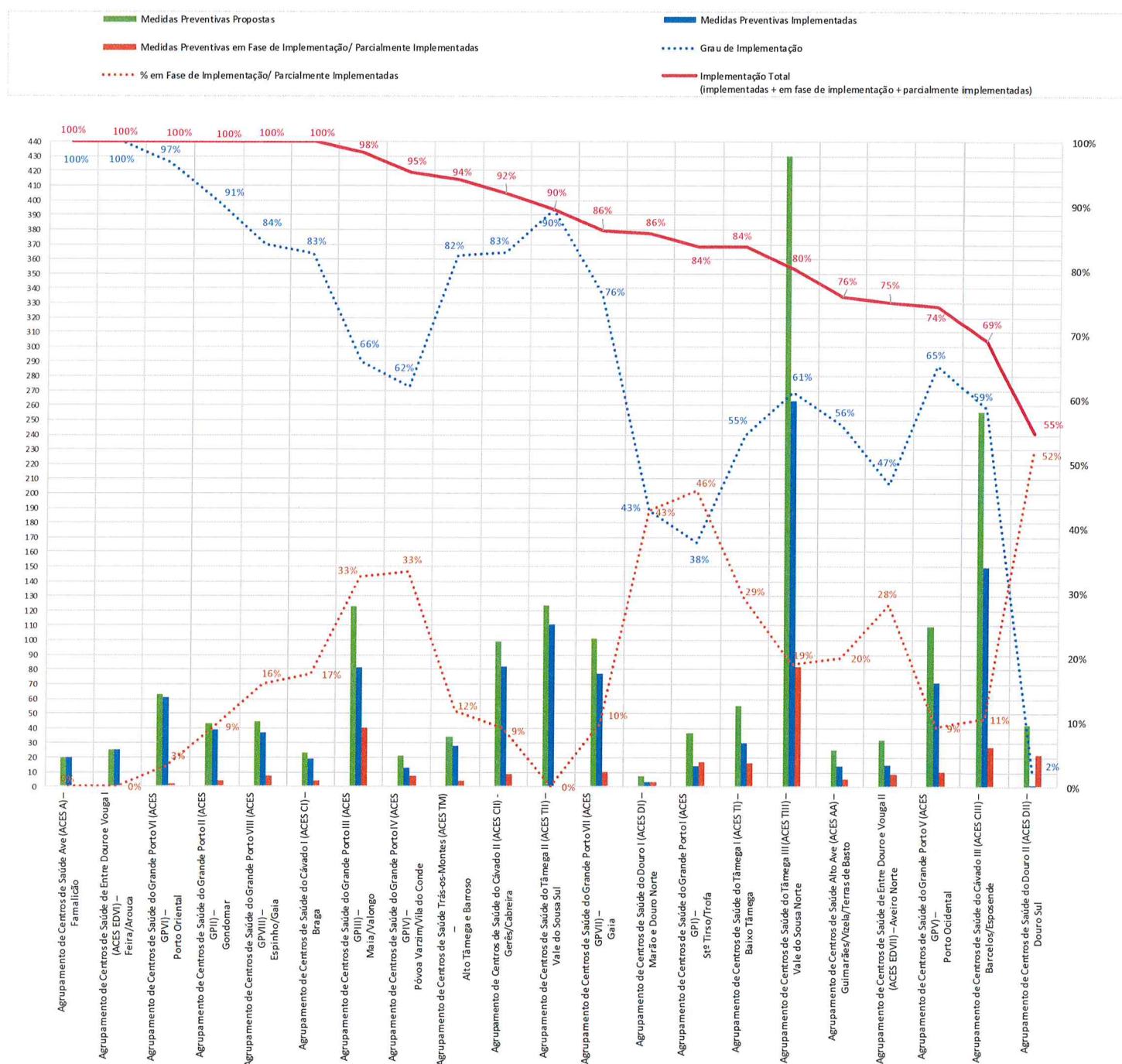


RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - 2018

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 14 de 18

Grau de Implementação das Ações Preventivas – ACES - 2018



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 15 de 18

6. AÇÕES DE FORMAÇÃO SOBRE PGRIC

Por proposta da UACI da ARSN, I.P., no ano de 2018 foram realizadas duas ações de formação relacionadas com o tema do presente Relatório, cujos programas se apresentam a seguir:

↳ **Título:** *Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*

Destinatários: Dirigentes da ARSN, I.P.

Nº de Horas: 32 horas

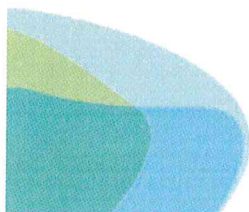
Data: 19, 20, 26, 27 e 28 de fevereiro de 2018

Local: ARSN, IP

Formador: Quadros & Metas

Programa:

1. O que é a corrupção?
 - Enquadramento e principais definições do termo:
 - Os conceitos tradicionais de corrupção. A corrupção como problema ético e moral. O ambiente e as causas que propiciam a existência de corrupção.
 - Apresentação de dilemas éticos e conflitos de interesse, com vista a desenvolver pensamento crítico.
 - Poder e corrupção.
 - Os custos da corrupção.
2. Mecanismos e Promoção de Combate à corrupção:
 - Auditorias Internas.
 - O Código de Ética da ARSN, IP.
 - Controlo Interno e Gestão de Riscos.
3. O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e as Recomendações emanadas (breve enquadramento).
4. Programa de Combate à Corrupção ARSN, IP / ACeS:
 - Identificação dos processos de maior risco ao nível da ARSN, IP e ACeS.
 - Os elementos chave do programa de combate à corrupção e ferramentas de implementação.
 - Casos práticos, com vista à identificação de fatores de risco.
5. Análise, reflexão e esclarecimentos sobre o PPRCIC da ARSN, IP.
6. A importância do Relatório de Execução Anual.



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 16 de 18

↳ **Titulo:** *Gestão e Prevenção dos Riscos de Conflito de Interesses (Workshop)*

Destinatários: Todos os trabalhadores da ARSN, I.P., incluindo ACES

Nº de Horas: 4 horas

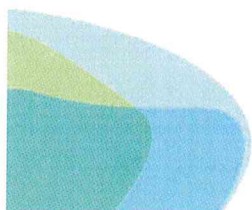
Data: 23 de outubro de 2018

Local: Auditório do Hospital Magalhães Lemos

Formador: Quadros e Metas

Programa:

1. A Recomendação do CPC, de 07 de novembro de 2012
2. Enquadramento e Noções de Conflitos de Interesses
3. Quadro legal
4. A Prevenção de Conflitos de Interesses – Linhas Orientadoras de Gestão
 - Existência de Manuais de Boas Práticas
 - Existência do Códigos de Conduta
 - Identificação de potenciais situações de conflitos de interesses – Exercício prático
 - Identificação de situações que possam dar origem a um conflito real – Exercício prático
 - Promoção de medidas adequadas a prevenir e gerir conflitos de interesses
 - Identificação e caracterização de áreas de risco, designadamente as que resultem das situações de acumulação de funções – Exercício prático
 - Identificação das situações concretas de conflitos de interesses e respetiva sanção aplicável aos infratores – Exercício prático
 - Como promover uma cultura organizacional na qual impere forte intolerância relativamente às situações de conflitos de interesses
 - Como promover a responsabilidade individual de todos os trabalhadores
 - Declarações de inexistência de conflitos de interesses
 - Declarações atualizadas de todos os trabalhadores que acumulem funções, em como as funções acumuladas não colidem com as funções públicas que exercem
 - Declarações relativas a ofertas no exercício das funções
 - Mecanismos de monitorização.



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN,I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 17 de 18

7. CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

Este Relatório de Execução apresenta a Taxa de Execução das Medidas Preventivas durante o ano de 2018 no sentido de prevenir e minorar os riscos de corrupção e infrações conexas ao nível dos ACES da ARSN,I.P., apresentando um balanço sobre as medidas então adotadas por todos os Serviços que constam do PGRIC, e respetivo Grau de Implementação. Neste âmbito, importa, pois, que este documento seja utilizado como um instrumento essencial para a gestão do risco, e fundamental ao nível do Sistema de Controlo Interno da ARSN,I.P.. Como tal, deverá ser considerado um documento dinâmico que está constantemente sujeito a melhoramentos, quer ao nível da sua estrutura, quer do seu conteúdo.

Assim, não obstante a Taxa de Execução Total das Medidas Preventivas durante 2018 nos ACES ter alcançado 84%, o que vem evidenciar o progressivo e forte envolvimento dos profissionais da ARSN,I.P. nesta temática, analisando os dados recolhidos e apresentados no capítulo 5. do presente Relatório, durante o ano de 2019 importa dar especial atenção aos ACES que ainda não implementaram, na íntegra, as Medidas Preventivas propostas.

Mesmo reconhecendo que todos os profissionais dos ACES da ARSN,I.P. envolvidos continuam plenamente empenhados em cumprir rigorosos padrões éticos, jurídicos e morais, de acordo com os Princípios da *Integridade, Objetividade e Honestidade*, com uma atitude oposicionista à fraude e à corrupção na forma como desempenham a sua atividade, considera-se fundamental que, para o ano de 2019, se continue a apostar no envolvimento de todos, mormente dos Diretores Executivos e dos responsáveis diretos pelas várias áreas, com o objetivo de reconhecerem o PGRIC como uma ferramenta importante para a identificação e mitigação dos riscos inerentes à sua atividade.

Neste âmbito, recomenda-se ao CD da ARSN,I.P., enquanto responsável máximo pela execução e acompanhamento do PGRIC, à imagem do que sucedeu nos anos anteriores, que sustente a atitude diligente tida até ao momento, no sentido de,

- a) autorizar a realização de ações de sensibilização junto de todos os profissionais dos ACES;
- b) divulgar o PGRIC e respetivo Relatório de Execução junto dos Diretores Executivos, com vista a ser intentado maior empenho na implementação das medidas que não foram adotadas na íntegra - ou que estão ainda em fase de implementação -, e ao acompanhamento contínuo da manutenção das medidas já implementadas;



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS - 2018**

ACES DA ARSN, I.P.

Edição: 01
Revisão: 00
Página 18 de 18

- c) apostar, cada vez mais, na formação nesta área e em outras complementares, tais como sobre o *Conflito de Interesses*;
- d) nesta sequência, à imagem do que já foi concretizado ao nível dos Serviços Centrais da ARSN, I.P., ponderar pelo ajustamento do atual PGRIC dos ACES a um *Plano de Gestão de Riscos – PGR - [incluindo de corrupção, infrações conexas e de Conflitos de Interesses]*.

maio/2019

